

VIRTUDES CIVIS, HUMANISMO E FELICIDADE PÚBLICA¹

Andrei Thomaz Oss-Emer²

RESUMO

O presente ensaio é uma síntese de elementos teóricos pertinentes às reflexões sobre o Humanismo Civil e suas origens com as Ordens Mendicantes na passagem da Alta à Baixa (ou Tardia) Idade Média, em que coincidem rupturas com o mundo feudal e florescimentos de diferentes formas de vida. A relevância do estudo deste período para a teoria dos Bens Comuns está na formação ética e econômica destes movimentos populares disruptivos que, ao renunciarem à vida com dinheiro, aprenderam a lidar com ele e criaram importantes conceitos para a economia, a ciência política e a filosofia moral. Zamagni, Bruni e Santori são economistas filósofos interessados em refletir entre o medievo e o presente, e nos ajudam a pensar as ideias necessárias para outros mundos possíveis e felizes.

Palavras-chave: humanismo civil. felicidade pública. bem viver. economy of Francesco.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio apresenta reflexões e excertos das obras sobre ética e economia no medievo desde o pensamento filosófico-econômico de Luigino Bruni: em *Capitalismo Meridiano, às raízes do espírito mercantil entre religião e lucro* (2022) e na segunda parte da obra escrita junto a Paolo Santori e Stefano Zamagni, *Lições de história do pensamento econômico, um percurso da Antiguidade ao Século XIX* (2021). Destacamos três capítulos da segunda parte da obra que discorre sobre os períodos *Do Medievo à Modernidade*: os capítulos V, VI e VII enfatizam o que depois Bruni aprofunda em *Capitalismo Meridiano*, a saber, o florescimento dos burgos, o protagonismo dos cidadãos ao construírem a felicidade pública nas cidades e o nascimento do Humanismo Civil.

Temos encontrado interesses em comum no trabalho desses professores e suas reflexões aproximaram-se de nossas investigações por trabalharem temas que há anos têm perpassado as intencionalidades da nossa pesquisa. São amigos de Francisco, o bispo de Roma: discutem, contemporaneamente, as Encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, e já debatem os temas da Exortação Apostólica *Laudate Deum*, a saber, sobre a crise climática e socioambiental na qual o mundo se vê imerso. Escrevem sobre temas ecológicos, econômicos e filosóficos, e estão situados contemporaneamente no debate sobre a relação entre ética e economia, elaborando

¹ Trabalho apresentado na disciplina “As virtudes na filosofia medieval II”, no dia 16 de outubro de 2023, sob orientação do Dr. Manoel Luís Cardoso Vasconcellos, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

² Bacharel (2015), Licenciado (2023), Mestre (2018) e Doutorando em Filosofia Moral e Política pela Universidade Federal de Pelotas. Agente da Comissão Pastoral da Terra.

textos de relevância com e sobre Amartya Sen, Martha Nussbaum e outros.

Nas obras, os autores buscam respostas na história, desde a filosofia da economia, para reconstituir os “freios do estado” ante a “concupiscência do dinheiro”, conforme afirma Amleto Spicciati no posfácio de *Capitalismo Meridiano* (in Bruni, 2022, p. 193). Com o advento da Economia de Mercado os cenários globais apresentam outros desafios, e outras são as praças, que são palcos das disputas dialéticas contemporâneas. Seria ainda uma necessidade da filosofia fundamentar virtudes civis ante ao paradigma ecológico? Essa tarefa se aproxima da que Amartya Sen recebe do movimento educativo de Rabindranath Tagore, do qual sua própria história é agente ativa e engajada. Certamente é essa a tarefa que os pesquisadores reunidos por Francisco têm tomado para si frequentemente: pensar e propor caminhos para outros mundos possíveis, urgentes e necessários.

A FELICIDADE PÚBLICA

Para Zamagni, Bruni e Santori o pensamento econômico, que teve seu apogeu global no mundo anglossaxão – Hume, Smith e Bentham representam a fase madura da Economia de Mercado – tem gênese com raízes anteriores. A história do pensamento econômico acompanha a história do próprio ocidente e os termos mercantis têm origens etimológicas greco-romanas, recebendo importante impulso material no mundo feudal a partir dos monastérios. Entretanto, outras narrativas e novas práticas, que emergiram a partir da relação entre mendicantes e mercantes dos séculos XI a XV, irão favorecer o florescimento do que esses autores chamam de Humanismo Civil, o capital narrativo da Economia Mercante, que teve Florença como cidade símbolo. O Humanismo Civil é identificado “como um retorno da *polis* aristotélica e da *civitas* romana na Toscana, depois do momento anticívico da Escolástica do século XIV e subitamente antes do realismo político de Maquiavel no século XVI” (Bruni *et al.*, 2021, p. 106). Esse período, que marcou um novo momento da história europeia, é de uma riqueza simbólica e conceitual que apresenta luzes também para o nosso tempo.

As vidas das pessoas de uma época podem marcar a história em diferentes sentidos. Esse período presenteou a humanidade com um capital artístico, narrativo e espiritual único, que ainda hoje serve de inspiração e paradigma. A criação da Universidade de Bolonha, em 1088, iniciou um processo criativo social, o qual se seguiu à revolução comercial formando uma nova classe social, a dos mercantes, da qual inclusive o próprio Francisco de Assis foi parte, pois conhecia muito bem as regras de comércio e o câmbio entre moedas, enquanto filho

de Pedro Bernardone e participante dos negócios do pai. Com o surgimento do mercado e os cruzamentos entre as rotas comerciais formou-se um novo modelo de ordem social: a cidade-comunidade de homens livres³. Influenciado por movimentos fortemente populares, esse tempo de florescimento cultural e espiritual teve gênese profundamente marcada por pensamentos às vezes destoantes da ortodoxia, que procuravam enfatizar algumas de suas muitas vias materiais e espirituais.

Uma das marcas disruptivas dessa época foi o surgimento de líderes carismáticos responsáveis por colocar no centro da vida pública os debates sobre a religião e seus modos de vida. O florescimento desse período de “espíritos livres” já teria sido anunciado por uma figura importante dentre os heréticos medievais, Joaquim de Fiore. O pregador itinerante foi o inspirador de uma corrente religiosa que marcou as principais e sucessivas reformas nos anos que se seguiram às suas profecias. A heresia dos joaquimitas foi uma tese espiritual divisora de águas naquela época, tão popular que não há possibilidade de negligenciá-la. Os incontáveis movimentos populares e religiosos posteriores foram, muitas vezes, tentativas de responder a essas profecias em seus modos de vida:

monge e místico calabrês Joaquim de Fiore, e da sua teologia do advento da “idade do Espírito” (que muito influenciou a corrente espiritual dos primeiros franciscanos), que se sucedeu àquela do Pai (Antigo Testamento) e àquela do Filho (Novo Testamento). A sua era uma visão qualitativa e bíblica do tempo, guiada por um mecanismo histórico e dinâmico. Os rostos de Jesus, de Maria e dos santos deixam progressivamente o lugar para os rostos humanos dos cidadãos do humanismo italiano, o céu inicia a descer sobre a terra, mesmo permanecendo ainda céu. (Bruni, 2022, p. 72).

Mais que uma um renascimento espiritual, o que lemos na reflexão de Bruni é que aquelas foram ideias que causaram progressiva renovação material e institucional nos modelos sociais das cidades que floresciam. Surgiram incontáveis grupos autônomos que tomaram linhas mais ou menos críticas às instituições de então, houve também aqueles que ousaram criar novas narrativas, especialmente ao longo das rotas que interligam a nova Europa pós-feudal e pré-mercantil. Junto ao comércio nascente difundiam-se também ideias, sejam aquelas que vinham das reformas monacais dos séculos precedentes, como Cluny e Cîteaux, sejam as das novas heresias como as dos cátaros, albigenses e joaquimitas.

O final da vida de Joaquim (1202) se intersecciona com o início daquela de Francisco. Os franciscanos saem dos muros dos mosteiros para se tornarem, como os primeiros cristãos (“aqueles do caminho”), nômades e mendicantes ao longo das estradas. Nestes mesmos anos recomeçam também as peregrinações, outro grande lugar onde mudam, juntos, a experiência do tempo e do espaço. Também com os movimentos dos pés inicia-se a mudar o sentido do tempo. (Bruni, 2022, p. 72-73).

³ Literalmente em italiano: *città-comunità di uomini liberi* (Bruni et al., 2021, p. 75).

O surgimento de uma nova forma de vida pode ser a principal grande influência e novidade filosófico-moral do tardo-medieval, que coincide com o declínio de um tipo ou modelo de sociedade, o senhorio feudal, para o surgimento dos burgos, fortemente inspirados nos fundamentos valorativos da *civitas romana*, que renascem a partir do século XI, junto ao surgimento das ordens mendicantes. Esses modos de viver e argumentar, ou seja, construir o pensamento por meio do debate, marcaram o ensino e a aprendizagem nos *studium* que ilustraram o renascimento humanista a partir dos novos agentes desse período histórico. Além dos franciscanos, também os dominicanos foram responsáveis pela formação humana e intelectual das cidades. No mundo ultramontano, sede do Sacro Império Romano-Germânico, foram os dominicanos os principais protagonistas:

No verão de 1248, Alberto Magno fundou na cidade de Colônia o *Studium generale* para os dominicanos da província alemã. A partir daquele ano, sua fama espalhou-se por todas as províncias da Ordem. Naquela época, o império não tinha universidades - a primeira a ser instituída foi a de Praga em 1348 - e portando o *Studium* de Colônia (que obteve este título só em 1388) foi por mais de meio século o único lugar onde havia um ensinamento de tal nível. Ele exercia um verdadeiro monopólio, garantindo primeiramente a unidade dos conventos dominicanos e, em segundo lugar, estendendo a influência ao conjunto da vida eclesial. (Canavero, Introdução, in Alberto Magno, 2017, p. 8).

Seria Alberto, o mestre de Tomás, a trazer de volta às cidades nascentes o interesse pela cultura clássica do mundo antigo greco-romano, recebendo dos averroístas latinos o pensamento aristotélico. Eram tempos disruptivos, de novo pensamento, vivia-se o declínio do sistema feudal e o florescimento de um novo momento histórico com o surgimento das cidades, os burgos, cujo principal paradigma era a liberdade civil protagonizada por Florença. As novas cidades assumem algumas características: “se auto governam mediante instituições especialmente criadas”; “se entornam de muros para tutelar-se de quem não é parte da comunidade e consequentemente não merece a confiança pública” (Bruni *et al.*, 2021, p. 75); e o próprio espaço da cidade se reorganiza para acolher as instituições que, em conjunto, se tornam símbolos da nova convivência civil:

a praça central entendida como *agorà*, a catedral, o palácio do governo, o palácio dos mercantes e das corporações, o mercado como lugar dos contratos e dos escambos, os palácios dos ricos burgueses, as igrejas que hospedam as confrarias. (Bruni *et al.*, 2021, p. 75)

Nesse tempo que traça a linha tênue e divisória entre períodos históricos, a vida será atravessada pela dialética entre muitos opostos: na política, guelfos e gibelinos; na filosofia, voluntaristas e racionalistas; na religião, observantes, ou conventuais, e espirituais; nobreza e plebe; senhores e servos, um mundo tão distante mas ainda tão próximo das mazelas do nosso

mundo. No exercício do pensamento filosófico a abertura ao novo conheceu a recepção de Aristóteles e o surgimento das cidades formou um novo paradigma ético: a liberdade na vida cívica e a felicidade pública, que irão caracterizar o humanismo civil. Nas cidades reaparecem as praças como lugares privilegiados para a argumentação pública, além da celebração dos contratos de compra e venda. Nas instituições surgentes em torno das praças das cidades “foram cultivadas as virtudes que definiam uma sociedade propriamente civil: a confiança, a reciprocidade, a fraternidade, o respeito das ideias de outrem, a competição de tipo cooperativo” (Bruni *et al.*, 2021, p. 76). Para Bruni, Zamagni e Santori essas virtudes civis diferenciavam as novas cidades das vilas e conglomerados agrícolas, ou mesmo das vilas anexas aos castelos dos senhores feudais, havia algo de novo na experiência civil:

Foi no interior das cidades que se afirmou o amor pelo belo, a *filocalia*, que cria e realiza a percepção de uma participação, e ainda facilita as relações interpessoais. Tem-se clara manifestação disso na construção e na mobília das igrejas, na edificação dos palácios, primeiramente públicos, mas depois também privados, inaugurando o patrocínio⁴ que não só financiou os artistas mas consentiu ao nascimento do mercado dos bens duráveis de caráter artístico. (Bruni *et al.*, 2021, p. 76)

A confiança, o respeito mútuo e a consequente felicidade pública são virtudes econômicas da nova sociedade, são dignos dessas virtudes aqueles que “não trabalham apenas por si e pela própria família, mas que usam-se disso para realizarem obras de caridade” e “mantêm a palavra dada em tal modo, fazendo-se conhecidos e apreciados pela comunidade, acrescem o próprio capital reputacional”. Dentro da “cidade-comunidade se moviam as ordens mendicantes, franciscanos e dominicanos, observadores e protagonistas do renascimento da vida civil europeia”. Eram voluntariamente pobres para enriquecer espiritualmente a vida civil das cidades nascentes e, para tanto, reinventaram importantes iniciativas “os Montes de Piedade, instituições financeiras sem o objetivo de lucro (*sine merito*)” que estão “na origem da tradição da finança popular e social italiana e europeia” (Bruni *et al.*, 2021, p. 77). Como veremos no próximo tópico, essas iniciativas estão na base da discussão sobre a liceidade das taxas de interesse, diferenciando-as da usura, e distanciando os Montes de Piedade das outras formas de empréstimo cujos juros não levariam ao acréscimo de um capital a serviço da comunidade.

“A ação econômica encontra então o seu fundamento na busca das condições necessárias para a felicidade pública” (Bruni *et al.*, 2021, p. 19). Esse cerne e fundamento da economia civil italiana e europeia é o que garantiu um modo de desenvolvimento

⁴ A palavra em italiano é *mecenatismo*, atividade do mecenas.

(etimologicamente “desfazer o envolvimento”) comunitário, ou seja, comunitariamente os cidadãos do mundo mercantil nascente operaram para que as amarras que prendiam os humanos a formas servis de vida e trabalho pudessem dar lugar à felicidade pública, que coincide com uma forma de liberdade no interior da cidade. Os atores da vida civil protagonizaram novas práticas sociais, espirituais e consequentemente narrativas, sejam elas pelas letras, pela música, pela arte ou pela arquitetura das cidades que tornaram-se laboratórios, ou seja, oficinas por meio das quais a vida civil floresceu.

Nasciam as cidades e a vida civil fazia florescer a economia mercantil, eram atores novos que traziam o céu à terra, concretizando virtudes nos modos de vida nascentes. A vida em pobreza protagonizada por Francisco de Assis, Clara e seus companheiros vocacionou toda uma geração de pessoas que mudaram o rumo da história. A felicidade pública, portanto como condição do Humanismo Civil, encontrou na história de vida dessas muitas personalidades dos movimentos populares de então com o testemunho e a coragem para as reformas que serão realizadas nos séculos posteriores. Com os disruptivos movimentos evangélicos e caminhantes, os pés, sentindo a terra, fizeram caminho e, abrindo novos sendeiros, reacenderam a vida civil moldando a alma de uma época.

Valendo-se de um comentário dos autores sobre as raízes greco-romanas da economia de mercado, podemos afirmar que a felicidade não é fruto da sorte ou do acaso. “A felicidade não é a fortuna, mas o fruto de uma vida virtuosa”, porque a virtude é o fundamento da felicidade, numa perspectiva socrática o termo “*eudaimonia* originariamente deriva de ‘bom demônio’, a indicar que alcança a *eudaimonia* quem tem um bom espírito, uma boa sorte” (Bruni *et al.*, 2021, p. 21). Desde as raízes desses conceitos, as ordens religiosas mendicantes que surgiram no período procuraram criar nas cidades um ambiente propício para a felicidade pública, que floresceu comunitariamente no Humanismo Civil.

OS FRANCISCANOS E A ECONOMIA DOS MONTES DE PIEDADE

A vida de Francisco de Assis (1181-1226) é uma ponte entre o mundo medieval e o renascimento. O mais santo entre os italianos e o mais italiano entre os santos é filho de mãe francesa e de um mercante com sonhos de ascensão à nobreza, que viveu em um período de tensão entre o poder do Papa e o poder do Imperador do Sacro-Império Romano-Germânico. O menino, batizado João, foi chamado de Francisco pelo pai, literalmente “pequeno francês”. Educado pela mãe com os bons modos dos franceses, tornou-se bom mercante, hábil nos

câmbios entre as moedas de então, acompanhou os negócios de tecidos do pai; e em sua cidade, era conhecido como o rei da juventude. Assis era uma dessas cidades que sonhava alcançar o status de comuna livre e o próprio jovem Francisco participou do levante popular que exilou por alguns anos os nobres em Perugia.

A vida de Francisco foi uma vida política e econômica: binômios, como liberdade e servidão, riqueza e pobreza, nobreza e minoridade se encontram e se reconciliam na história de vida do pobrezinho de Assis. A sua escolha de uma pobreza voluntária e radical foi uma crítica ao mundo mercantil nascente e à sua lógica. Consciente do poder da moeda, Francisco decide por viver sem ela: *sine pecunia vivere*. “Por detrás da pobreza de Francisco não há, porém, uma negação do valor das coisas, mas sim uma profunda reconsideração e rediscussão do sistema de valores então dominante” (Bruni *et al.*, 2021, p. 78-79). Ao renunciarem os nomes de suas famílias, os primeiros franciscanos fizeram-se um com os “sem nomes” da história. Na recusa do preço das coisas surgiu a oportunidade de redescobrir o seu valor. Por meio da arte da gratuidade esse movimento evangélico redescobriu o valor incomensurável de uma vida voluntariamente pobre, capaz de libertar das amarras aqueles que estavam condicionados à pobreza por falta de escolha, dar um sentido frugal à vida dos nobres, e virtuoso às vidas de todos:

a gratuidade não tem preço não porque é impagável mas porque o seu preço seria infinito [...] o pobrezinho Francisco de Assis dirá algo muito similar [...] da sua ‘altíssima pobreza’ (Agamben 2011) nasce um tipo de economia diferente daquela dos mercantes da sua época. (Bruni *et al.*, 2021, p. 35)

A partir daquela escolha de Francisco e do seu amor à pobreza, seus seguidores fundaram novas instituições para libertar da pobreza aqueles que não tinham escolha sobre ela. As ordens mendicantes foram protagonistas desse novo momento inspiradas nos dois modelos de ordens sociais conhecidos até então, a *polis* grega e a *civitas* romana, essa última possuía um caráter mais universalista em relação à primeira, porque, fundadas sob o direito romano, todos devem ser acolhidos nas cidades “sob a única condição que para isso se respeite as leis e os princípios fundamentais do viver comum” (Bruni *et al.*, 2021, p. 75). Acrescentam os autores, que foi a partir desse período do surgimento das ordens mendicantes que “começa na Itália o modelo da civilização cidadã, uma das mais extraordinárias inovações sociais na história da humanidade” (Bruni *et al.*, 2021, p. 75). Da radicalidade da pobreza evangélica do movimento franciscano foi possível renascer a riqueza de uma sociedade construída sobre os vínculos indelévels da fraternidade universal.

A “*altíssima pobreza*”, dos franciscanos, fundada sobre o princípio de Francisco de

viver *sine proprio*, fez dos franciscanos, além de menores, também próximos aos incapazes, às crianças, àqueles que não poderiam por si mesmos serem proprietários de seus bens, dos quais deveriam apenas usufruir, sem de fato possuí-los. Nessa recusa pela propriedade pessoal e coletiva de seus próprios bens, os franciscanos dos primeiros séculos encontraram uma saída interessante, especialmente próxima à sua nascente Terceira Ordem Secular, dos leigos, cujos participantes muitas das vezes eram também mercantes. Foram os franciscanos leigos os responsáveis por gerir financeiramente aqueles fundos que, embora custodiados pelos frades, não eram de sua propriedade.

Nesse contexto é que surgem os “Montes de Piedade”, que foram as instituições econômicas dos franciscanos, e podem ser considerados os primeiros bancos de finança solidária da história. “A reflexão econômica franciscana se traduz também em prática econômica, dando vida a instituições bancárias e financeiras” (Bruni *et al.*, 2021, p. 85), que tinham diversas finalidades. Em termos gerais eram chamados “Montes de Piedade” porque destinados a socorrer àqueles que haviam ficado para trás no desenvolvimento econômico das primeiras cidades, mas em termos específicos, surgiram montes voltados às necessidades especiais: dos agricultores, os “Montefrumentários”, literalmente, “Montes de Trigo”, e os “Montes Dotais” destinados às moças pobres desprovidas de um dote para o casamento.

Os Montes de Piedade nasciam da pregação dos frades menores observantes que a partir da metade do século XV fundaram centenas deles, sobretudo no Centro e no Norte da Itália. As cidades estavam se desenvolvendo e enriquecendo, mas como ocorre seguidamente, o enriquecimento de alguns (os burgueses) não trazia consigo a redução da pobreza, mas sim o aumento. Os franciscanos compreenderam que havia um novo rosto da dama pobreza para amar, e sem procrastinação fizeram nascer novos bancos, uma nova finança que alcançasse os excluídos. Os bancos daquele tempo emprestavam aos ricos, e os pobres ficavam muitas vezes nas mãos dos usurários. A luta contra a usura foi a razão do nascimento dos Montes de Piedade. Bernardino de Feltre (1439-1494), Giacomo della Marca (1393-1476) e muitos outros frades fizeram das fundações dos Montes a sua principal obra; à fundação do Monte de Florença contribuiu também o dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498). Até o ano 1515 se contam 66 frades menores promotores de Montes de Piedade. Alguns foram proclamados santos ou beatos. O símbolo daquela perfeição cristã era na verdade um banco, que de ícone do pecado mortal se tornava símbolo de santidade cristã. (Bruni *et al.*, 2021, p. 85- 86)

Dentro dos Montes de Piedade, o interesse sobre os empréstimos foi um tema central. O franciscano Bernardino de Feltre foi um dos defensores da não total gratuidade do empréstimo, argumentando que para que a gratuidade, que foi a causa do surgimento dos Montes de Piedade, continuasse a existir, era necessário o pagamento de uma pequena taxa de interesse, de juros, que garantiria a duração sustentável daquele Monte, ainda que esta taxa fosse a mais baixa possível. Sobre o dia da inauguração de um Monte, que sempre surgia depois

da pregação de um dos missionários franciscanos itinerantes em determinada cidade, “a comunidade fazia uma procissão da igreja franciscana até a sede do banco, com moças que cantavam e com crianças vestidas de branco que portavam o estandarte do Monte” (Bruni *et al.*, 2021, p. 87). Era o nascimento civil e religioso da finança solidária.

No final da Lição V, os autores aproximam essa iniciativa do escopo da obra *A Ideia de Justiça*, de Amartya Sen, a saber, reduzir “injustiças manifestas” (Sen, 2011, p. 9). Foram iniciativas que surgiram, não ao acaso, mas da observação atenta daqueles movimentos populares situados no coração das cidades nascentes, formados por homens que, através de uma vida civil profundamente evangélica, foram capazes de indignar-se, denunciar, e agir de modo a remediar aquelas injustiças. Ainda sobre os atributos dos Montes, “foi uma resposta civil, laica, e ao mesmo tempo santa e ligada à dama pobreza” (Bruni *et al.*, 2021, p. 88). A escolha da pobreza voluntária de Francisco de Assis e de seus irmãos franciscanos foi uma resposta para resolver as desigualdades causadas pela pobreza involuntária e injusta, que afligia a muitas pessoas nas sociedades de então. Os franciscanos foram responsáveis por fazer com que a felicidade pública realmente alcançasse a todos.

OS DOMINICANOS, AS VIRTUDES E A DIALÉTICA

Se os franciscanos se destacaram pela prática da economia, os dominicanos foram mestres na arte da teoria filosófica. O desenvolvimento de uma filosofia dialética em Alberto Magno (1206-1280) professor dominicano e Reitor do *Studium* de Colônia, fez da escolástica medieval uma marca de dominicanos e franciscanos de então. Durante o período muitas figuras simbólicas foram importantes para a compreensão de uma nova economia, e Colônia, por ser a cidade que guardava as relíquias dos Magos, teve um papel importante na divulgação dessas figuras bíblicas da boa finança. Bruni enfatiza que os Santos Reis eram uma novidade religiosa para a cidade na época, suas “relíquias foram levadas de Milão por Frederico Barbarossa em 1164” (Bruni, 2022, p. 104). Desde Colônia, os dominicanos foram os responsáveis por propagarem fortemente pela Europa a devoção aos reis magos, como aqueles “Reis da Terra”, que trouxeram seus valiosos presentes a Jesus.

Houve ícones religiosos responsáveis pela formação de um pensamento mercantil e também científico no surgimento do Humanismo Civil. Alberto Magno foi um pensador responsável por desenvolver suas teorias nos dois aspectos, tanto prático, no mercado, quanto teórico, no pensamento. Ao mesmo tempo em que ajudou na propagação da devoção aos magos

do oriente, Alberto abriu as portas para o estudo de Aristóteles, ainda que não tenha tido conhecimento do Livro VI da Ética a Nicômaco, tarefa que ficará a cargo de seu aluno Tomás de Aquino (1225 -1274). Como vimos, mesmo sem apoio político do Sacro Império, no interior da Ordem Dominicana, Alberto Magno foi também responsável por caminhos únicos e irrepetíveis, foi graças à audácia desses pensadores mendicantes que o pensamento de Aristóteles pode ser recebido no Ocidente, como bem apresenta em uma de suas catequeses o, também alemão, Papa Bento XVI:

Eis um dos grandes méritos de Santo Alberto: com rigor científico, ele estudou as obras de Aristóteles, convencido de que tudo aquilo que é realmente racional é compatível com a fé revelada nas Sagradas Escrituras. Em síntese, Santo Alberto Magno contribuiu assim para a formação de uma filosofia autônoma, distinta da teologia e a ela vinculada só pela unidade da verdade. Assim nasceu, no século XIII, uma clara distinção entre estes dois saberes, filosofia e teologia que, em diálogo entre si, cooperam harmoniosamente para a descoberta da autêntica vocação do homem, sequioso de verdade e de bem-aventurança: e é sobretudo a teologia, definida por Santo Alberto "ciência afetiva", aquela que indica ao homem a sua vocação à alegria eterna, um júbilo que brota da plena adesão à verdade. (Bento XVI, 2010)

O papel dos dominicanos no desenvolvimento da ciência e na distinção, em mútua complementaridade, entre filosofia e teologia foi fundamental para a consolidação do Humanismo Civil. Aqui, inspirados na filosofia de Tomás de Aquino, enfatizamos o papel que dispõe a amizade, como parte da natureza humana e vínculo *sine qua non* para a economia. Apresenta-se o fundamento da economia no pensamento de Tomás pelo binômio “*donum-amor*, isto é, o tema do dom e a paixão do amor” (Bruni *et al.*, 2021, p. 91). Isso para dizer que não se pode pensar em um tema exclusiva e explicitamente econômico no Aquinate, mas em uma relação de gratuidade e amor entre Deus e a humanidade; entre a humanidade e Deus; que resulta na profícua relação de reciprocidade econômica.

Querendo reassumir a visão de Tomás sobre dom, amor e amizade devemos evidenciar três aspectos: a benevolência, *benevolentia*; a *redamatio*, isto é o amor recíproco de amizade que permite aos amantes de desejar os mesmos bens uns pelos outros; e a *communicatio*, isto é a divisão do mesmo bem, que se manifesta na vida em comum (*conversatio*). A propósito, há uma bela expressão que Tomás usa em uma outra sua obra importante, a *Suma Contra os Gentios: naturaliter homo homini amicus est*⁵ (Tomás de Aquino, in Santori, 2021, p. 40). Aqui o adjetivo *naturaliter* tem uma dupla

À guisa dessa argumentação, o surgimento do Humanismo Civil deve muito aos dominicanos que, além de incentivarem o surgimento de mercantes, para que eles pudessem enriquecer a tessitura social das cidades nascentes, também foram responsáveis por estabelecer as primeiras noções de preço justo. As noções de necessidade, oferta, procura e comércio foram

⁵ Pode ser traduzido como: naturalmente o homem é amigo do homem.

também cunhadas pelo pensamento de Tomás, que via na utilidade não um caráter individualista, mas antes comunitário, tratava-se da utilidade da cidade. Os comerciantes eram os responsáveis por prover as cidades com aqueles dons sem os quais seus concidadãos passariam necessidades. Não é possível dizer que São Tomás tenha sido um defensor do livre mercado, mas de uma amizade cívica de apoio mútuo e de felicidade pública cuja relação é o fundamento para todas as trocas possíveis no seio da cidade.

Entretanto, “Tomás reconhece que um fluxo limitado de mercantes é inevitável”, ainda que desde um pensamento greco-romano, para além das transações comerciais “o ideal de perfeição permanece aquele grego (platônico-aristotélico) da autossuficiência, do bastar-se a si mesmo, e isso vale para a pessoa assim como para a cidade” (Bruni *et al.*, 2021, p. 102). Aqui cabe apresentar uma definição da prudência em Santo Alberto Magno no *Tratado Sobre a Prudência*, quarta parte da obra *De bono*. Inspirado em São Bernardo, Alberto defende que a prudência é o *auriga* de todas as virtudes na vida civil (ou seja, o cocheiro), porque é a responsável por guiá-las e dar-lhes direção: “assim também o hábito da razão dirige em toda a vida e em todo operar os hábitos das outras virtudes e considera por primeiro o que seja reto ou não reto em toda virtude” (Alberto Magno, 2017, p. 133). O fundamento da cidade reencontra um sentido racional na obra dos dominicanos e toda organização social procede da proposição intelectual de sua possibilidade.

Se é a prudência que conduz todas as demais virtudes para o conhecimento do bem, assim também é, portanto, a prudência a mais civil das virtudes, porque conduz o ser humano a bem viver na vida civil. Sobre a atribuição de *auriga* dada por Alberto à prudência, ela é devida por ser a prudência, unida à caridade, o *donum-amor* que conduz a alma racional na busca do bem comum na vida da cidade, por um modo de vida. A prudência é a ciência do conhecimento da realidade em um tempo e espaço específicos, portanto, na ação, que vem acompanhada da oração, como base no mundo *ora et labora*⁶. Como sabemos, um *auriga* não trabalha com seres inanimados, mas com seres vivos, ainda que incapazes de racionalidade, certamente capazes de sentir. Além de conhecer o terreno, os *aurigas* eram responsáveis por conhecer diversas outras ciências necessárias para conduzir com precisão um carro de tração animal, na época.

Enquanto escrevia e meditava sobre esse texto, na semana em que apresentei-o na UFPel, dialogando com os colegas antes de outra aula, nos dias seguintes, no jardim da universidade, em um calçadão construído entre os prédios onde antes era via para carros,

⁶ Literalmente: oração e trabalho, forma de vida beneditina que consolidou o mundo medieval.

tivemos um momento reflexivo inesperado. Ali passava um menino montado a cavalo, em pêlo, um potro jovem. Ao vê-lo, para criar assunto, perguntei-lhe: “estás domando?”. “Não, ele é em domado”, retrucou-me o menino, sabendo que o processo de doma já havia acontecido, ou seja, não estava mais em curso, mas completo, bastava guiar o cavalo. A função de um *auriga* é guiar e estabelecer uma relação com os cavalos já capazes de realizar os movimentos esperados, portanto o *auriga* conduz, não doma, porque isso já está feito, e guia adequadamente, porque conhece. A foto dele realizando manobras de montaria em frente ao prédio com palavras como “vida” e “pós-graduação”, contrastam com um menino em pêlo, sobre um cavalo pacientemente caminhando na nova praça construída pela UFPel⁷, lugar para pessoas, consequentemente lugar para o encontro e a argumentação pública. O registro contrasta a desigualdade que fere a muitos desde muito cedo nestas periferias urbanas e rurais, ao mesmo tempo marca a integração entre a comunidade e a Universidade, em uma realidade urbana marcada pelas desigualdades e pelo racismo socioambiental.

O HUMANISMO CIVIL E SEU LEGADO PARA A CONTEMPORANEIDADE

O surgimento do mundo mercante gerou o Humanismo Civil que trouxe luzes para o medievo, que resplandecem ainda hoje na história da humanidade. Nesse contexto, “Civil foi também, e sobretudo, a ideia de que uma vida plenamente humana pudesse ser vivida somente na *civitas*: vida ativa acima (ou como cumprimento) daquela contemplativa” e o “florescimento humano com experiência na vida associada com os próprios semelhantes” (Bruni *et al.*, 2021, p. 106). Ou ainda, como Bruni irá resgatar de Francesco Datini, um comerciante italiano, expoente do Humanismo Civil que contribuiu com a prática da parceria de cooperação nos negócios: “um profundo amor às coisas do mundo” (Bruni *et al.*, 2021, p. 119), ou seja, uma tarefa de virtude para com a vida civil e política. Naquele período decisivo, construído por meio do debate e da interação social do conhecimento entre muitos: comunidade da observância e espiritualistas, fuga do mundo e cuidado para com aqueles que estão no mundo, criaram-se narrativas que apontam modos para debater e mudar a economia nos dias atuais.

Nessa época redescobriram-se os clássicos, não só Aristóteles, mas também Cícero, “e a atitude dos humanistas no confronto com a cultura foi atravessada da exigência de um filosofar

⁷ O local se chama “Largo do Bola”, nome dado em homenagem a um servidor muito querido que faleceu vítima da COVID-19 e onde há um jardim, em que nesta primavera florescem girassóis plantados em homenagem a uma grande educadora popular, professora do Departamento de Educação, Conceição Paludo, também falecida recentemente.

que fosse também escola de vida, meditação séria e profunda dos problemas da existência” (Bruni *et al.*, 2021, p. 106). É desde a “*florentina libertas*”, a liberdade civil de Florença, que os autores enfatizam os demais desdobramentos deste humanismo civil na Toscana, Úmbria, mas também no sul da Itália, enquanto “um ponto de referimento do Humanismo”, enfatiza-se “o período da República de Florença iniciado no ano 1402 com a vitória dos Médici sobre os Visconti de Milão” (Bruni *et al.*, 2021, p. 107). Era o início de uma cultura participativa, alicerçada desde práticas que já estavam de algum modo presentes como “sementes” no período medieval.

De acordo com a interpretação dos autores da Escola de Cambridge. “a dimensão civil era já presente nas cidades⁸ italianas do século XIII e possuía uma derivação de matriz romana, isto é, provinham de uma leitura ereleitura dos clássicos como Cícero, Salústio, Tito Lívio” (Bruni *et al.*, 2021, p. 107). O diferencial do século XIV será a recepção não só dos gregos, mas o surgimento de uma ideia republicanista proveniente dessas influências teóricas.

Os autores também apresentam a influência direta do Humanismo Civil na tradição inglesa de *Civil Society*, que mais tarde dará origem à literatura *History of the Idea of Civil Society*, de um iluminista escocês chamado Adam Ferguson (1723-1816), obra em que apresenta alguns fundamentos da tradição liberal da economia. Outro autor de grande importância para a Economia Civil foi Giuseppe Toniolo (1845-1918), economista que inaugurou o ano acadêmico de 1886-1887 com um discurso com o seguinte título: Escolástica e humanismo nas doutrinas econômicas no tempo do renascimento na Toscana.

Para os autores “Toniolo provou a refutar os estudos que viam um contraste irreduzível entre Escolástica e Humanismo, a primeira embebida de intuições teológicas e o segundo totalmente distinto⁹ delas”, de acordo com os autores os tempos foram de coexistência, entre teologia e filosofia. Pois “o Humanismo herdou da Escolástica numerosas ideias sobre direito, sobre política e sobre economia. E é exatamente no encontro entre Escolástica e Humanismo que Toniolo vê a emergência da Economia Civil”. Para o pai da economia civil italiana, o diferencial da Filosofia Escolástica na formação humanista provém de “uma série de investigações com precisão e sutileza sobre conceitos, relações, disposições e problemas inerentes ao fato da riqueza” (Bruni *et al.*, 2021, p. 108), essas categorizações foram, portanto, *sine qua non* para o nascimento da Economia enquanto Ciência Econômica.

O fundamento principal do Humanismo Civil era “a ênfase sobre a vida civil ou política por uma vida plenamente feliz”. Nomes como Coluccio Salutati (1331-1406), Poggio

⁸ Literalmente “*nei comuni*”, a valorizar a importância dos comuns para o nascimento da economia meridiana e consequentemente, latina.

Bracciolini (1389-1459), Leonardo Bruni (1370-1444), Leon Battista Alberti (1402-1478) e Matteo Palmieri (1406-1475) foram seus principais expoentes, em meio a muitos artistas presentes “na Florença de Donatello, Botticelli e Beato Angelico”. De acordo com os autores, esse foi um período de consolidação “da dimensão de relação entre: do ser humano, da família, à cidade e ao estado” (Bruni et al., 2021, p. 111).

Um conceito que tem dialogado com os estudos latinoamericanos, para dar resposta aos modos de vida dos povos indígenas, é o elemento humano do *bem viver*, conceito que também é apresentado por Bruni como “*bene vivere*”, “o trato distinto do Humanismo Civil”, caracterizado como colocar os “dotes individuais” em comum, ou seja “a serviço e prestígio da comunidade” (Bruni et al., 2021, p. 112), gerando valor através das obras de arte, em especial da arquitetura, e tornando-se capital social e narrativo das novas cidades e do Renascimento.

A vivência da virtude no Humanismo Civil foi a experiência da vida *ativa*, ou seja o *bem viver* na vida civil, aqui vê-se a aplicação prática da prudência como *auriga*, guia das virtudes. A vida construída pela virtude foi a base da experiência civil, construída pela *vida ativa* das cidades, que internamente estava iluminada pela *vida contemplativa*, e aqui reaparecem muitas vezes a vida de mulheres distintas nos pensamentos e nas ações, como foi Clara de Assis (1194-1253). A história dos movimentos mendicantes cunhou modos de vida frugal que hoje retornam ao centro do debate ante à necessidade de postular reflexões filosófico-políticas a partir das emergências surgentes no contexto socioambiental e da crise climática. Em um tempo em que vemos novamente guerras, conflitos que se inflacionam e disputas tão salientes que parecem apagar o sentido humano de um horizonte comum a todos, em um sentido pragmático, para além e antes do utópico, permanece a pergunta: como seguir tecendo nossos sonhos de felicidade pública em nossos lugares reais, existentes, resistentes e necessitados de nosso cuidado?

Concluimos com a ternura das cartas de Santa Clara à sua co-irmã Inês de Praga (1211-1282) filha de Otacar I, Rei da Boêmia, que também era nobre e abandonou as riquezas porque preferiu “guardar tesouros no céu que na terra” (1In 22, Fontes Franciscanas, 2014, p. 1704). Aqui mais uma vez a radicalidade da pobreza de Clara que para abraçar o Sumo Bem, abandonou todos os bens, para abraçar o Evangelho como sua forma de vida na simplicidade do pequeno Mosteiro de São Damião. As cartas possuem um tom ascendente em termos de espiritualidade, e apresentam um caminho para todas as pessoas que aproximam seu modo de viver a economia às exigências e às recompensas do seguimento evangélico de uma vida em frugalidade. A grandeza espiritual da vida de Santa Clara de Assis é um dom para iluminar o

mundo em comum que habitamos, construímos e, que ainda hoje é ferido pelos muitos modos de violência, pobreza e abandono recorrentes e que precisamos *reconstruir* juntos.

A primeira carta convida à proximidade e participação “nas entranhas de Cristo”, para se “fortalecer em seu santo serviço, crescendo de bem para melhor, de virtude em virtude, para que aquele que servis com todo o desejo do coração se digne dar-vos os desejados prêmios” (1In 22,8-14, Fontes Franciscanas, 2014, p. 1705), porque graça não é mérito, é presente, prêmio para quem vive na virtude. A segunda carta admoesta “lembre-se de sua primeira decisão”, de abraçar a vida evangélica de pobreza e aderir ao Evangelho, “não perca de vista seu ponto de partida, conserve o que você tem, faça o que está fazendo e não o deixe mas, em rápida corrida, com passo ligeiro e pé seguro”, e porque a felicidade é condição para caminhar, “confiante e alegre, avance com cuidado pelo caminho a bem-aventurança” (2In 22, Fontes Franciscanas, 2014, p. 1706).

O conselho contemplativo da quarta carta é a figura do espelho, que é Cristo: “nesse espelho resplandecem a bem-aventurada pobreza, a santa humildade e a inefável caridade”. A vida integral deve deixar-se transformar pelas virtudes do Cristo “inteiro”: a “pobreza daquele que envolto em panos foi posto no presépio!”; “a humildade, ou pelo menos a bem-aventurada pobreza, as fadigas sem conta e as penas que suportou pela redenção do gênero humano”; “e a caridade inefável com que quis padecer no lenho da cruz e nela morrer a morte mais vergonhosa”, o chamado a contemplar sua vida feita entrega, “posto no lenho na cruz, o próprio espelho advertia quem passava”, “olhai e vede se há outra dor igual à minha”. Unidas à paixão de Cristo, e ao Cristo do Pão e do Presépio, seriam capazes de participar com Ele de seu prêmio: “vou correr sem desfalecer”, afirma a constância rumo a meta “até que tua esquerda esteja sob a minha cabeça, sua direita me abraça toda feliz, e me dê o beijo mais feliz de tua boca” (4In,15-32, Fontes Franciscanas, 2014, p. 1711), o Amado encontra-se com a alma amada.

São narrativas do coração de Santa Clara, profundamente humanas e carregadas de afeto, que ao mesmo tempo em que reconhecem as exigências de seu modo de vida, esperam e se movem pelo prêmio que é também condição de felicidade no caminho. Clara foi mulher apaixonada pelo Evangelho de Cristo e seguiu-o na radicalidade levou-a a mover outras tantas mulheres no caminho dessa vida que, mesmo escondida no Mosteiro de São Damião, resplandece sua claridade ainda hoje e pode nos apontar sendeiros novos, iluminados por suas claríssimas virtudes. A constância e a alegria no caminho da bem-aventurança são metodologias do agir, para que cada pessoa possa trilhar suas metas, atenta ao ponto de partida, a construir economias de *Terra* e *Caminho*, conscientes de nossa efêmera e fecunda

humanidade, capazes de levantar o olhar e colocar-se a caminho com os outros companheiros de jornada na casa comum.

Do mesmo modo que o Humanismo Civil foi um tempo protagonizado por homens gestores de uma riqueza comunal e compartilhada, também foi tempo de muitas mulheres como Clara e Inês, mas também de mães, cuidadoras, artesãs, camponesas e enfermeiras, que no silêncio das casas, nas aldeias agrícolas, nos mosteiros, conventos e beguinários se inclinaram para servir e cuidar da sua família e dos excluídos da vida civil. Clara e Francisco são protagonistas de uma forma de vida fundamentada no desapego, embora não tão distante de um “amor pelas coisas do mundo”, que pôde provocar naqueles tempos mudanças tão profundas. Encontrar a alma de um amor tão profundo é um desafio que ainda hoje pode reencantar pessoas a viverem uma vida com propósito, logo, feliz.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. AUDIÊNCIA GERAL. Praça de São Pedro, Quarta-feira, 24 de Março de 2010. Texto disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2010/documents/hf_ben-xvi_aud_20100324.html. Acesso em: 15 out. 2023.

BRUNI, Luigino. AMARTYA, Sen. **Cambiamo L'economia**. Publicado em: Città Nuova n.3/2013 em 10/02/2012. Disponível em: <https://www.luiginobruni.it/it/ec-cn/amartya-sen-cambiamo-l-economia.html>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRUNI, Luigino. **Capitalismo meridiano**, alle radici dello spirito mercantile tra religione e profitto. Bologna, Il Mulino, 2022. (Tradução nossa)

BRUNI, Luigino; SANTORI, Paolo; ZAMAGNI, Stefano. **Lezioni di storia del pensiero economico**: un percorso dall'antichità al Novecento. Roma, Città Nuova, 2021. (Tradução nossa)

FONTES FRANCISCANAS. Apresentação de Sergio M. Dal Moro. Tradução de Celso Márcio Teixeira [et al.] 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAGNO, Alberto. **Tratado sobre a prudência**. Tradução de Matteo Raschietti. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.